

Basta-Já!

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Assombrado de espanto e indignação li que os parlamentares passaram a ganhar a partir de janeiro salários de 7,5 milhões de cruzados.

O fato, como tudo o que provém de Brasília, veio incompleto, envolvido em nuvens e mistificações e naturalmente só não ocupou manchetes na primeira página dos matutinos por se tratar de matéria de fim de expediente. Pelas informações lidas até aqui não dá para saber se o projeto de lei foi simplesmente aprovado pelas lideranças, se havia quorum na casa, se houve debates, sim ou não, quem apresentou o projeto, quem foi a favor, quem foi contra. Menciona-se de corrido tratar-se de mera generalização da reposição salarial aprovada para os servidores civis e militares da União e se dá a entender tratar-se de mero cumprimento de disposições constitucionais. Jamais conheceremos a plena verdade dos fatos. Tramóias desse tipo são indelévels.

E pouco importa. Formalmente, tudo é explicável e justificável. Mas substancialmente é inaceitável que isso ocorra na última hora da última sessão do esforço concentrado (!) de quinze dias em que esse congresso se reuniu para, como primeira medida, aprovar na calada da noite o aumento de seus próprios subsídios (?) de Cz\$ 2,4 para Cz\$ 4,7 milhões e, ao se apagarem as luzes da última sessão, para elevá-los a Cz\$ 7,5 milhões. Diz-se que "para não pagar mal" as lideranças teriam aberto mão de um abono adicional de Cz\$ 60 mil... também aprovado pela Câmara.

As manchetes do dia falam que o governo tem em vista o combate à inflação. O presidente dessa última sessão anuncia um PMDB novo. Os partidos nada falam. As lideranças se calam. Os senhores parlamentares recolhem-se mudos, silenciosos, cabisbaixos, para o recesso de seus lares, levando esse presente de Natal que se deram e deixam ao povo esse presente de Natal que lhe tomaram. Chega a haver os que diplomaticamente se afastaram da sessão, os que se proclamam envergonhados, os que dizem que usarão máscara para sair à rua. Na ocasião de falar, porém, nada disseram, nada fizeram e constrangidamente embolsam "os subsídios".

E nós, que os elegemos como nossos representantes? Que diremos? e — ainda mais importante do que isso — que faremos? Também nos calaremos? Também nos omitiremos? Referendaremos com nossa inércia, omissão e passividade esse atentado perpetrado em nosso nome contra o legislativo, a vida política, a Constituição, a democracia, os bons costu-



mes? Consagraremos de público e raso a máxima de que este país não é sério, de que cada povo tem o governo que merece? De que homens que assim agem são nossos legítimos representantes?

Por ocasião do primeiro atentado dissemos que tais homens haviam perdido o instinto de sobrevivência eleitoral e estavam se transformando em coveiros e defuntos da democracia pela qual tanto lutaram e juraram defender.

Agora? O que dizer? Sobretudo, o que fazer?

Como se ao atentado devessem acrescentar o escárnio, decorrida uma quinzena, eles se deram novo aumento. No período de 15 dias elevaram seus subsídios (!) de Cz\$ 2,4 para Cz\$ 7,5 milhões. Um acréscimo de 312,5% em 15 dias. Isto corresponde a um ajuste anual de 1,09 x 10 elevado a 14, número astronômico que a própria inflação alemã não atinge e que não cabe nas máquinas calculadoras comuns. Não precisamos dele. Sete e meio milhões de cruzados mensais que os parlamentares se deram são muito mais que os honorários de muitos diretores das maiores multinacionais e correspondem em um mês a mais de 10 anos de um salário mínimo.

Que diremos? Que faremos?

Tais aumentos vieram precedidos de medidas análogas — porém bem mais modestas — concedidas a servidores civis e militares. Aos assalariados fizeram-se outras, embora infinitamente menores concessões. Os parlamentares envolveram em suas concessões o mais alto poder judiciário do País. Aparentemente procuraram tapar as bocas enchendo os bolsos com dinheiro e inutilizar as consciências comprando-as. De crime e escândalo a corrupção é promovida a norma da política brasileira.

Embora alguém tenha originado tais medidas; embora muitos as tenham discutido; embora todos tenham, por ação ou omissão aprovado, não há responsáveis. Porque não há nomes. É tudo anônimo, inominado e inominável. Ela escapa a todas as medidas. Recuamos diante da expressão "ladrão" porque ela já se tornou corrente e desgastada no diálogo dos políticos entre si. Ressoa em nossos ouvidos apenas o refrão confuso que as multidões dirigem nos campos de futebol a juizes que têm a coragem e o deslante de impor ao público sua incompetência e desonestidade. Mas não o repetimos por saber inútil a ouvidos surdos e a caixas de ressonância vazias de brio e de moral. É inútil o grito quando o surdo clamor das multidões deixou de ser sentido. Xingar é ocioso. Pior do que isso, prejudicial. É fazer o jogo da indecência e da imoralidade que repudiamos nos que se dizem nos representar. É dar-lhes razão de que são nossos legítimos representantes.

Entretanto, é impossível admitir e aceitar que a sociedade deixe de por todos os meios decentes, legais, democráticos e constitucionais, manifestar-se, reagir, vocalizar o "NÃO" que se acha nos bolsos, na cabeça e nas consciências de cada cidadão. Cidadãos, associações, entidades, devem tomar providências, iniciar desde agora um Basta-Já, antes que seja tarde demais. Não há democracia superior a que cada cidadão se disponha a praticar.

Benedicto Ferri de Barros é ensaísta e membro da Academia Internacional de Direito e Economia